

TIAGO OLIVEIRA DOS SANTOS

O ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA O MUNICÍPIO DE
LAGARTO/SE

Lagarto/SE

2016

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar as contribuições do ensino superior presencial para o desenvolvimento sócio econômico cultural do município de Lagarto. Com esse propósito será apresentada a abertura de mercado para as instituições com fins lucrativos como cenário nacional, ocasionada pela legislação do final dos anos 1990; e a corrida educacional, que possibilitou a ampliação na demanda e na oferta do Ensino Superior em todo o país. Tendo como objetivo geral identificar as possíveis repercussões de cunho educacional, econômico e social, provocadas pela implantação dessa modalidade de ensino; verificado se foram positivas ou negativas. O ensino superior em Sergipe será contemplado para que se possa verificar o crescimento, cada vez maior, devido à crescente procura da população por melhorias na qualidade de vida. E a implantação do ensino superior presencial em Lagarto, que trouxe muitas contribuições em diversas áreas, que serão analisadas, na busca por enumerar os fatores positivos e negativos, em cada uma delas.

Palavras-chave: Educação, Ensino superior, Sergipe, Lagarto.

1 INTRODUÇÃO

Desde a primeira década de 2000 que o ensino superior apresenta um panorama marcado pela abertura de mercado para as instituições com fins lucrativos, cenário ocasionado pela legislação do final dos anos 1990. Com isso, todo o país viveu uma verdadeira corrida educacional. Antes havia uma demanda reprimida, onde apenas as pessoas da classe A e B tinham acesso à educação superior e, com essa abertura, as empresas viram nas classes menos favorecidas um mercado promissor, pois educação deixou de ser apenas um bem de uso e passou a ser um bem de troca, com uma grande quantidade de alunos que poderiam arrebanhar a cada semestre. De fato esse mercado era imenso e havia um público ávido por ingressar no nível superior. As salas ficavam lotadas com facilidade, mostrando que trabalhar com educação era sinônimo de lucros. Isso atraiu mais empresas e, em poucos anos, vimos uma grande quantidade de faculdades nascerem.

Baseado nesse cenário, o referido trabalho aborda questões acerca do ensino superior presencial em Lagarto/SE, e tem como objetivo geral identificar as possíveis repercussões, positivas e negativas, de cunho educacional, econômico e social provocadas pela implantação dessa modalidade de ensino. Esse trabalho também intenciona analisar as mudanças ocorridas no município onde foi observado o processo de implantação dessas instituições.

Justifica-se a escolha do município de Lagarto, como foco desse estudo, por se considerar que o mesmo chama atenção pela grande quantidade de instituições de ensino superior, tanto na modalidade a distância, quanto na presencial; principalmente quando se constata que Lagarto está localizado no interior do estado, sendo que a maior parte das instituições de Ensino Superior fica localizada na região da Capital; e por se observar que a cidade passa atualmente por uma ótima fase econômica, contendo a terceira maior população do estado, com aproximadamente 100.000 habitantes.

Esse trabalho pretende analisar até que ponto as mudanças provocadas pela implantação de Instituições de Ensino Superior podem interferir na vida de toda população de um município, no caso, da população de Lagarto. Além de outras questões, tratará das possíveis melhorias a serem observadas na qualificação da mão de obra, propiciando mudanças no espaço próximo às instituições.

Esse estudo também pretende contribuir para o desenvolvimento do município de Lagarto, estimulando a informação, tanto de cunho social quanto científico, pois serve de base para outras obras, enriquecendo a literatura científica.

A metodologia adotada foi explicativa. A pesquisa consistiu num apanhado de referencial bibliográfico de diferentes autores que contribuiu com a discussão, além da coleta de dados estatísticos retirados do IBGE.

A mesma foi dividida em três capítulos no primeiro capítulo iremos abordar **A Educação e a História do Ensino Superior no Brasil**, a partir de autores como FERREIRA, SANTOS, SOUZA e CUNHA. Visto que a educação é um meio de desenvolvimento social, e tem a capacidade de desenvolver o processo físico, intelectual e moral do indivíduo. O objetivo desse primeiro capítulo é analisar a educação como fator de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico e cultural e identificar os principais fatos ocorridos na História do Ensino Superior.

No segundo capítulo analisaremos **O Ensino Superior em Sergipe**, que cresce cada vez mais, pelo aumento no número de vagas e de Instituições, devido a grande procura da população pelo ensino superior. Tendo como referências bibliográficas NASCIMENTO, SAVIO E PIMENTEL e dados do INEP.

E por fim, fundamentando-se em nomes como FIGUEREDO, BARROS, HENRIQUE E MENDONÇA, analisaremos **O Ensino Superior presencial no município de Lagarto** e o crescimento dessa modalidade de ensino, como consequência do surgimento da FJAV (Faculdade José Augusto Vieira), IFS (Instituto Federal de Sergipe) e do Campus da UFS (Universidade Federal de Sergipe).

2 EDUCAÇÃO, BREVE HISTORICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

2.1 Educação

A educação segundo FERREIRA (2010) é definida como um “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”. Já para SOUZA (2002 pág. 5) a educação:

“abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Na visão de SILVA *apud* SANTOS (2009) a educação ultrapassa os processos formativos, e atinge a esfera social, podendo proporcionar a emancipação do indivíduo e até de toda uma sociedade, corroborando para o desenvolvimento econômico. Sendo assim, a educação é a melhor forma de atender as exigências da globalização, promovida como investimento no capital humano, proporcionando a relação do interesse do indivíduo com as demandas sociais, no combate as desigualdades no atendimento das necessidades da comunidade em sua totalidade.

Com base nisto, compreendemos a educação como sendo um meio de desenvolvimento social, formação e libertação do ser humano. Permitindo que este possa interagir com pessoas e consigo mesmo de modo contínuo, aprendendo e ensinando.

De forma que ao analisarmos o processo educacional que se desenvolve no Brasil focamos a Lei Federal 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. Em seu artigo 1º estabelece que a educação deva abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições da sociedade civil e nas manifestações culturais.

De acordo com a referida Lei, a educação brasileira, como citada por Saviani 2011(pág. 161), divide-se em níveis educacionais por ela abrangidos, a saber:

‘educação infantil’ (seção II), e ‘educação fundamental’ (seção III), ‘ensino médio’ (seção V), e ‘educação de jovens e adultos’ (seção V). “O mesmo título V dispõe ainda sobre a ‘educação profissional’ (capítulo II), a ‘educação superior’ (capítulo IV) e a educação especial”.

As modalidades educacionais como apresentadas por Niskier (1997) e Dib (1992) em Marcheti et. al. (2005) são classificadas em duas: presencial, e a distância, a primeira existe em todos os níveis, já a segunda está presente na educação superior e profissional.

O objetivo deste trabalho é analisar a educação como fator de estímulo ao desenvolvimento sócio- econômico- cultural, e para isso tomaremos como objeto de estudo o Ensino superior presencial, o qual, segundo Marcheti et. al. (2005):

“Fundamenta-se em um modelo sistemático e organizado de ensino. Esse modelo é estruturado e administrado segundo determinadas leis e normas. Apresenta um currículo relativamente rígido em termos de objetivo, conteúdo programático e metodologia, e é caracterizado por um processo contínuo de ensino que envolve o tripé professor/ educando/escola”.

Já a educação a distância é definida pelo mesmo autor com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 como sendo:

“Uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação”.

Apesar da educação a distância (EAD) ser de fundamental importância para a educação em nosso país, o foco desta pesquisa será a educação superior na modalidade presencial. Para tanto a seguir será feita uma retrospectiva do Ensino Superior no Brasil.

2.2 Breve Histórico do Ensino Superior no Brasil

Este estudo aborda a cerca do Ensino superior no Brasil, a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996. Porém para melhor compreendê-la é necessário fazer uma retrospectiva desde o seu surgimento até os dias atuais.

Os primeiros registros sobre as instituições de Ensino Superior no Brasil começam no período colonial, quando Portugal impedia que as universidades fossem construídas nas colônias, entre elas no Brasil, onde o ensino superior se restringia ao ensino religioso através de uma única instituição, o colégio da Companhia de Jesus, no qual os jesuítas atuavam na cristianização dos indígenas, até a formação do clero. Foi somente no século XIX, com a chegada da corte ao Brasil que surge à necessidade da criação das primeiras instituições de Ensino superior, quando foram implantadas faculdades de direito, medicina e engenharia localizadas nas principais cidades, que tinham como finalidade atender as demandas do Império.

Outro fator determinante para esta expansão foi a forma com que os estudantes poderiam ingressar nas faculdades, quando era necessário somente que a pessoa tivesse concluído seus estudos básicos sem precisar passar por exames preparatórios, isto levou ao aumento de instituições no Brasil. Diante disto, foi necessário promover uma reforma, para diminuir a quantidade de alunos matriculados no Ensino Superior, já que muitos eram inabilitados, por isto foi criada a lei do Decreto 8.659, de 5 de abril de 1911 conhecido também como Reforma Rivadávio Corrêa.

O Brasil começa a ter existência efetiva de uma universidade, somente em 1920 no estado do Rio de Janeiro, resultado do decreto nº 14.343, o qual era mais voltado ao ensino do que à pesquisa, e sua expansão se dá a partir de 1945, como fruto da criação do estatuto das universidades Brasileiras, como citada por Oliven (2002, p.27), vigorou ate 1961:

A universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto e particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos; direito, medicina, engenharia, educação, ciências e letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma

reitoria, por vínculos administrativos. Mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica.

A Revolução de 30 foi o marco incisivo para o Brasil definir-se como parte do mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial.

A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Sendo assim, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como "Reforma Francisco Campos".

Dentre outros fatores Cunha (2000, p.171) destaca como o de maior importância para a expansão do ensino superior: o crescimento da escola secundária e a sua equivalência aos demais ramos de ensino médio. Isto ocorreu através de medidas elaboradas pelo Estado e se consolidou a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, que segundo o mesmo autor, acabou "garantindo a plena equivalência de todos os cursos de grau médio, assegurada pela presença nos cursos técnicos de disciplinas".

A lei de nº 4.024, foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a qual fortalecia a centralização do sistema de educação superior e assegurava a representação estudantil nos colegiados. Os quais criaram os centros populares de cultura e desenvolviam campanhas de alfabetização de adultos, nestes programas que envolviam jovens professores e demais universitários, procurando contrapor ao projeto elitista herdado do passado, tornando o Ensino Superior mais nacional e democrático.

O governo federal foi um dos responsáveis pelo aumento da demanda no ensino superior, através da "federalização", que impulsionou consideravelmente o acesso ao mesmo, conforme Cunha (2000, p.171) descreve que:

"o processo de "federalização" foi responsável pelo aumento de oferta pública de ensino gratuito, assim como pela criação da maior parte das universidades federais hoje existentes".

As mudanças pelas quais as Faculdades e Universidades passaram ocorreram com a tentativa de modernizar a educação superior de acordo com as necessidades econômicas e sociais apresentadas no Brasil. A retirada da Universidade de Brasília para o interior, gerou mudanças na estrutura e no funcionamento do ensino superior existente naquela época. Além disto, havia uma forte influência na estimulação de discentes que se interessassem pela pesquisa, que foram apoiados por duas agências governamentais: o CNPq e a Capes (CUNHA, 2000, p. 175).

Outro acontecimento que marcou a história da educação superior foi a reforma universitária, criada as vésperas do golpe militar de 1964. Para Cunha (2000, p.176): “a reforma universitária era definida como necessária para neutralizar o poder das “cúpulas dirigentes da universidade“. Ainda segundo o mesmo autor essa luta ocorria entre estudantes e professores em busca de autonomia da universidade diante do governo.

Como citam Pfeifer e Giaretta (2009, p. 4), no século XX o Ensino Superior passa por duas fases: “a primeira ocorreu no período da Ditadura Militar e a segunda somente aconteceu no governo de Fernando Henrique Cardoso, a fase inicial é marcada pelo aumento do número de matrículas entre 1964 e 1980, aumentado, também o número de Instituições de Ensino Superior (IES).” Como cita Oliven (2002, p.33), estes resultados são fruto da aprovação no Congresso Nacional da lei da reforma universitária:

“(Lei nº 5.540/68) que criava os departamentos, o sistema de créditos o vestibular classificatório, os cursos de curta duração. Ciclo básico dentre outras inovações. A partir daí, os departamentos substituíram as antigas cátedras passando, às respectivas chefias a ter caráter rotativo. O exame vestibular, por sua vez deixou de ser eliminatório, assumindo uma função classificatória”.

A lei de nº5.540 de 1968 proporcionava também aos professores, uma melhor qualificação para conquistar sua titulação e a produção científica, possibilitando profissionalização docente e melhores condições de trabalho, além de fazer com que o ensino superior estivesse mais voltado para a pesquisa.

A reforma Universitária estava voltada para as instituições federais de ensino superior, porém para atender essa demanda de grande número de matrículas, proporcionou o desenvolvimento também das instituições privadas; já que estas, eram geralmente, localizadas nas capitais e grandes centros regionais, para satisfazer solicitações de um mercado de trabalho, mas diversificado.

Durante o governo militar, observando a necessidade de dar maior ênfase ao desenvolvimento econômico, estimulou-se a formação de recursos humanos de alto nível, criando os cursos de mestrado e doutorado, para atender as decorrentes demandas do avanço na modernização da sociedade.

Na promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, estavam presentes pessoas que lutavam pelos interesses de uma educação pública laica e gratuita para que todos pudessem ter acesso, e também tentavam assegurar verbas para as instituições públicas. Por outro lado existia o grupo privatista que ia com um olhar contrário ao do outro grupo, tinha interesse de reduzir a relação que o Estado tinha com a educação, além de obter o acesso às verbas públicas do Brasil. Nesta constituição ficaram estabelecidos, a cerca da educação, as seguintes deliberações, 18% da receita anual seriam direcionados para a educação pública; a gratuidade do ensino público em todos os níveis; e no artigo 207 a reafirmação do que já estava estabelecido sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e a autonomia que as universidades tinham. (OLIVEN, 2002, p. 35).

Após a constituição de 1988, começou a se discutir sobre a reformulação da LDB, que se consolidou no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em meados de 1996. No governo de FHC, para Pfeiffer e Giareta (2009, p. 5), deu início a outra fase, que impulsionou o ensino superior no Brasil a partir da segunda metade de 1990, a qual era “orientada para a diversificação institucional e de fontes de financiamento, a agenda reformista neoliberal privilegia a saída privatista para responder a demanda crescente de vagas na Educação Superior no Brasil”.

Em dezembro de 1996 foi instaurada a LDB de nº 9.394, a qual foi de fundamental importância para reformulação do sistema de educação superior no Brasil, pois para Oliven (2002, p. 37):

Esta lei vem regular o processo sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, condicionando seus respectivos credenciamento e credenciamento ao desempenho mensurado por essa avaliação.

Já de acordo com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (2004, p. 26):

A lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) promoveu inovações e mudanças significativas no Ensino Superior, inaugurando um período marcado pelo expansionismo e pela diversidade que iria se manifestar sob diversas formas e situações.

Ou seja, essa lei foi criada para ampliar as possibilidades de inserção de estudantes ao ensino superior, já que, as instituições públicas não davam conta de tanta demanda, como citado por Figueiredo (2010): “Esse crescimento se deu devido à proposta de vagas no setor público ser menor do que a crescente demanda por educação, abrindo-se então, a oportunidade para a expansão das instituições privadas de Ensino Superior.” Sendo assim, a lei proporciona às instituições privadas um desenvolvimento com maior intensidade em relação às públicas,

Segundo Pfeifer e Giaretta (2009, p.7) no governo do presidente Lula, em 2003 deu-se continuidade as bases aplicadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), referente ao incentivo das instituições de direito privado, que continuavam investindo na rede pública devido o aumento de instituições de ensino superior (IES) estaduais e federais.

A primeira ação que o governo Lula realizou para o setor da educação superior no Brasil foi a instituição do Decreto de 20 de outubro de 2003 que tinha por iniciativa:

“Instituir o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES” (BRASIL, 2003).

Mas esse decreto gerou muitas críticas entre os envolvidos nas universidades federais, pois muitos acreditavam que retiravam a responsabilidade que o Estado

tinha para com a Educação Superior, gerando uma “crise das IFES”. Uma demonstração desse fato foi à divulgação de um relatório realizado pelo Grupo de Trabalho Interministerial, que dizia: “a última década foi de desarticulação do setor público brasileiro; as universidades não foram poupadas” (GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL, 2003), onde segundo Santos e Cerqueira (2009, p. 8) relatam que as IFES “sofreram consequências da crise fiscal do Estado que afetaram seus recursos humanos, sua manutenção e investimento”.

Dois seminários realizados ainda no ano de 2003 foram de relevante importância para o ensino superior, pois neles foram debatidos assuntos relacionados à redefinição de uma agenda para tal nível do processo de ensino aprendizagem. Além disso, esses seminários serviram de referência para que o Grupo de Trabalho Interministerial (GT) pudessem apresentar um relatório composto por quatro partes, onde a primeira delas tratava das ações emergências para enfrentar os questionamentos quanto à situação das universidades federais, na segunda parte discute sobre a autonomia das IFES, na terceira parte sobre a complementação de recursos e da garantia de aplicação de um novo modelo em relação ao atual e a quarta parte descrevia a Reforma da Universidade Brasileira e sobre as etapas para a sua implantação. (SANTOS & CERQUEIRA, 2009).

Durante esse contexto histórico, várias políticas foram criadas para as IES, a primeira delas foi o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), em 1999, que tem por finalidade financiar o curso de estudantes com baixa renda, o outro foi Programa Nacional Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004, além do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

De acordo com Alfonso, Ramos e Garcia (2012, p. 3) esses diferentes tipos de políticas públicas implantadas possibilitaram a expansão no número de vagas para o ensino superior presencial no Brasil, ganhado maior visibilidade no âmbito nacional. Esta expansão foi decorrente da diversidade organizacional que as instituições passaram a possuir, que foi possível ser realizada devido à promulgação da LDB de 1996.

Ao analisar o processo histórico do ensino superior no Brasil, verifica-se que o mesmo passou por grandes mudanças desde a sua concepção na era colonial até

a criação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96. A introdução do ensino superior no período colonial tinha uma base muito escassa o que dificultou a criação das universidades, pois segundo Cunha (2000, p. 151) vários fatores levaram a essa situação, dentre os quais se destacam a falta de recursos para os discentes e a falta de cultura sobre o ensino superior. Porém anos depois essa realidade foi alterada com a transferência da sede do poder para o Brasil, no qual cátedras isoladas foram criadas, gerando desta forma faculdades isoladas levando ao desenvolvimento do ensino superior.

O desenvolvimento do ensino superior de acordo com Cunha (2000, p. 157) ocorreu através de:

“Todo processo de ampliação e diferenciação das burocracias públicas e privadas determinou o aumento da procura de educação secundária e superior, pelas quais se processava o ensino profissional necessário ao desempenho das funções que lhe eram próprias”.

Porém a multiplicação e as mudanças que ocorreram no acesso ao ensino superior foram determinadas por dois fatores importantes, no qual Cunha (2000, p. 157) destaca:

“O aumento da procura do ensino superior foi produzido pelas transformações econômicas e institucionais, e o outro fator a luta de liberais e positivistas pelo “ensino livre” destes últimos contra os privilégios ocupacionais conferidos pelos diplomas escolares”.

Em suma, ao analisar toda a trajetória pela qual a educação superior passou, constata-se que a busca por um ensino superior de qualidade, vem da necessidade da modernização institucional, procurada tanto pelos docentes, discentes e governantes, através de políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino, com intenção de impulsionar o estímulo ao desenvolvimento socioeconômico e cultural através da criação de instituições de ensino, principalmente públicas em todo Brasil.

3 ENSINO SUPERIOR EM SERGIPE

Nas últimas décadas houve um crescimento significativo no número de vagas e na quantidade de Instituições que oferecem o ensino de nível Superior em Sergipe. De acordo com dados do Governo do Estado (2013), existem 35 mil acadêmicos matriculados, distribuídos em duas Universidades, uma pública e uma privada, com campus na capital e em diversos municípios do interior, além de outras 10 instituições privadas de ensino superior. Sendo que o corpo docente destas é composto em cerca de 60% de mestres ou doutores.

Nesse crescimento das instituições públicas e privadas, os seus diversos cursos passaram por várias transformações em todo o seu processo histórico. A primeira fase foi iniciada na primeira década do século XX, como citado por Nascimento (2011) onde o primeiro curso superior em Sergipe foi o curso de Filosofia em 1913 no Seminário Diocesano e extinto em 1934, por determinação da Santa Sé.

Em 1925 no governo de Mauricio Graccho Cardoso foi criado em Sergipe, a Faculdade de Direito Tobias Barreto e a Faculdade de Odontologia e Farmácia de Sergipe Aníbal Freire, nas quais os cursos deveriam incorporar os saberes de Química, da Fisiologia, da Patologia Geral e da Higiene. Porém Ambas tiveram suas atividades encerradas em 1926, sem jamais terem sido consideradas existentes pelo INEP.

Ainda Nascimento *et. al.* (2006, p. 23) cita que o período de 1923 e 1926 foi marcado pela instalação da primeira instituição destinada ao ensino superior em Sergipe, o Instituto de Química Industrial fundada pelo governador Mauricio Graccho Cardoso, do qual tinha como propósito o aperfeiçoamento da indústria do açúcar, sendo naquela época a principal fonte de riqueza em Sergipe. O Instituto de Química Industrial dedicava-se apenas a pesquisa. Em 1948 além da Escola de Química foi criada também a Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe. Em 1950, foi criada a Faculdade de Direito e a Faculdade Católica de Filosofia. A partir de 1954, a Igreja Católica fundou uma Faculdade de Serviço Social. No ano de 1960 entrou em funcionamento a Faculdade de Medicina.

A Universidade Federal de Sergipe foi constituída, em 1968, incorporando todas as faculdades até então existentes e iniciando o segundo período da história do ensino superior sergipano, segundo Nascimento et. Al. (2006, p. 23):

Em 1968, com a criação da Universidade Federal de Sergipe, a Escola passou a integrar a sua estrutura como Instituto de Química. A formação oferecida foi ampliada dois anos depois, com a criação do curso de Licenciatura em Química, tendo sido criado o curso de Engenharia Química no ano seguinte.

A implantação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 1968 se deve à promulgação do decreto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) aprovada em 1961. O primeiro curso ofertado pela UFS tinha uma duração de três anos, no qual realizava curso preparatório em Português, Francês, Geografia, Aritmética, entre outros.

O Registro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) cita que:

A Universidade Federal de Sergipe era vista pela elite como uma agência formadora que retiraria das famílias poderosas o ônus financeiro e efetivo de apartar-se dos seus filhos que, antes, tinha necessidade de migrar, principalmente para a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, a fim de concluir os estudos universitários.

Na década de 1970 duas instituições privadas foram criadas, a Faculdade Integrada Tiradentes, criada em 1972, que se transformou na atual Universidade Tiradentes, também denominada UNIT, e que contribuiu significativamente com a expansão da modalidade do ensino superior à distância, ofertada pela mesma em quase todo o estado, principalmente no interior; e a Faculdade Pio Décimo que foi inaugurada em 29 de maio de 1954, e que se destaca até os dias atuais na capital, principalmente com ensino presencial.

A década de 70 apresentou algumas características para a modalidade que focamos: a vigorosa consolidação, a expansão e o pleno domínio de uma universidade pública; e, também, a implantação de duas instituições privadas que passaram a oferecer o ensino superior.

Em 1997, teve início o terceiro período da história do ensino superior em Sergipe, que se caracterizou pelo domínio das instituições de ensino superior privadas. No ano de 1997, pela primeira vez, a matrícula do ensino superior privado, em Sergipe, superou a matrícula da Universidade Federal. A partir de então, no Estado, passaram a funcionar novas faculdades: a Faculdade São Luís (em 17 de julho 1997); a Faculdade de Administração e Negócios (Fanese) que deu início às suas atividades acadêmicas no segundo semestre de 1998; a Faculdade de Sergipe (Fase) em 07 de fevereiro de 2002, a Faculdade Atlântico em 18 de janeiro de 2002, a Faculdade Amadeus (Fama) em 17 de julho 2003, a Faculdade de Ciências Educacionais (Face) em 14 de dezembro 2005 e a Faculdade José Augusto Vieira (FJAV) 08 de outubro de 2004, localizada no município de Lagarto/SE, sendo a primeira instituição situada totalmente no interior do estado de Sergipe a ofertar a modalidade de ensino superior presencial (NASCIMENTO, et. Al. 2006).

Além da FJAV, existem mais algumas instituições com a modalidade presencial no interior do estado, como o campus da UFS, no município de Itabaiana, que começou a funcionar em 14 de agosto de 2006; e o campus da UFS em Lagarto, que teve início em 14 de março de 2011; e o IFS em Lagarto, que começou suas atividades em 06 de abril 1994. Nas duas últimas fases é notável a ausência do poder público estadual que se isentou das responsabilidades para com o ensino superior.

Após a criação da UFS no ano de 1968 o setor público de educação superior em Sergipe ficou paralisado, até o ano de 2001, quando houve uma reforma na Escola Técnica Federal transformando-se em CEFET. A partir desse período começa haver um crescimento no ensino superior no setor particular, mesmo assim, em 2004, o estado de Sergipe apresentava o menor número de instituições de ensino superior do Brasil, com um percentual de 0,5% do total em todo o Estado, sendo 11 instituições públicas e privadas, sendo a maior parte desse total constituída por IES particulares (NASCIMENTO, 2011).

Com relação ao acesso às instituições, as pessoas que possuíam condições socioeconômicas privilegiadas, ingressavam nos cursos que apresentavam maior qualidade de ensino, e ocupavam as melhores vagas educacionais e profissionais,

no mercado de trabalho, devido ao modelo educacional presente no estado (NASCIMENTO, 2011).

Mesmo com a implantação da LDB, o estado de Sergipe não seguiu as propostas estabelecidas pela lei, onde segundo Nascimento (2011) cita:

Apesar da aprovação da Lei nº 9.394, em 1996, a repercussão desse dispositivo no que se refere à expansão e diversificação somente começou a ser verificada, de modo mais intensivo, a partir de 1999. Assim, é possível afirmar que, em Sergipe, o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional propiciou a expansão do ensino superior, mas não sua diversificação.

O modelo privatizante das IES em Sergipe contribuiu para que os novos modelos institucionais não pudessem ser implementados, além disso, fica evidente a falta de interesse dos governantes municipais e estaduais em investir no Ensino Superior Público.

Com isto, para que o acesso ao ensino fosse facilitado sobreveio uma expansão de IES particulares, que expandiu com um maior número, do que as instituições públicas. Para que esse fato pudesse ser impulsionado no Estado, Nascimento (2011) descreve que:

Para esse incremento foi muito importante a luta pela universalização do ensino fundamental na década de 1990 do século passado, que impulsionou a demanda por vagas no ensino médio. No caso de Sergipe, registre-se também o investimento que se fez, a partir do ano de 1995 na interiorização do ensino médio. Até 1994, em todo o Estado, de um total de 75 municípios, em apenas 34 funcionavam instituições destinadas ao ensino médio. Em 1998, todos os municípios sergipanos já possuíam escolas desse nível de ensino em funcionamento.

Outro investimento realizado pelo Estado de Sergipe na década de 90, além da interiorização do ensino médio, foi a criação de parcerias com as redes públicas municipais e a UFS, garantindo o cumprimento do que a LDB instituiu como obrigatoriedade na formação dos professores que atuam na Educação Básica e que deveriam ter uma licenciatura concluída. Parceria essa denominada Programa de Qualificação Docente – PQD.

Já que conforme Savio e Pimentel (2002 pag.1) segundo o levantamento realizado pelas Diretorias Regionais de Educação da SEED, que concluíram que 90% dos professores em regência de classe não possuíam formação pedagógica necessária para a função. O que gerou no início do séc. XXI uma corrida dos professores para a disputa nas vagas das universidades, que passaram a ser atendidos pelo PQD.

O PQD procurou atender a demanda das redes públicas (Redes Municipais e Rede Estadual) do Estado de Sergipe por docentes licenciados, uma vez que quase a totalidade tinha apenas o magistério, buscando qualificar em nível superior tais profissionais, suscitando a instalação de Pólos da Universidade Federal de Sergipe

A implantação de um novo programa conhecido por PQD possibilitou a criação de novos cursos, como descreve Nascimento (2011):

Em 1998, todos os municípios sergipanos já possuíam escolas desse nível de ensino em funcionamento. Além dos investimentos feitos pelo Estado de Sergipe para a interiorização do ensino médio, é importante notar os investimentos realizados pelos setores públicos e privados, a partir da década de 90 do século XX, para interiorizar o ensino superior. Em 1998, a Universidade Federal de Sergipe criou, em parceria com o Governo do Estado, o Programa de Qualificação Docente (PQD), que possibilitou a implantação de 53 cursos de graduação em regime especial, destinados a qualificar e oferecer o diploma de Licenciado a professores de escolas públicas das redes municipais e estadual, nos municípios de Própria, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória, Lagarto e Estância. A Universidade Tiradentes implantou, a partir de 1999, os campi de Estância, Itabaiana e Própria.

O PQD funcionava em todos cinco polos regionais, ou seja, nas cinco cidades do interior de Sergipe que centralizavam as ações educacionais do Projeto, quais são: Estância, Lagarto, Itabaiana, Propriá e Nossa Senhora da Glória. Com as seguintes áreas do conhecimento: Letras/Português, Biologia, Química e Matemática, Letras/Português-Inglês, História, Geografia, Física, Educação Física e Pedagogia.

Com toda a eficiência do PQD na busca por formar professores para atuarem diante de um novo contexto social, e de acordo com a LDB de 1996, não foi possível atender a toda a demanda docente; mesmo estendendo esse programa por três

edições, ainda restou um grande número de profissionais da educação, efetivos de redes públicas de ensino, em Sergipe; sem conseguirem ingressar no PQD. Para acolher a esses professores, surgiram no nosso Estado, IES vindas de outras Unidades da Federação, que possibilitaram o ingresso e a formatura de um número significativo de docentes. É o caso da UVA – Universidade do Vale do Acaraú, que abriu pólos em quase todos os municípios sergipanos.

As matrículas nas instituições de nível superior atendem em Sergipe um total de 11,59% da população, numa faixa etária de pessoas entre 18 e 24 anos de idade, porém devido à população dessa faixa etária representar 1,1% da população brasileira, a distribuição de vagas no Nordeste e no Estado se apresenta abaixo do índice nacional, necessitando desta maneira que abram mais vagas para obter a média do Brasil, no qual segundo Nascimento (2011):

Para atingir esta meta é necessário criar 13.485 novas vagas, aumentando o número de alunos matriculados de 31.032 para 45.517. Por certo, tal objetivo somente pode ser alcançado com uma significativa participação do governo estadual na oferta do ensino superior.

Ao analisar o processo histórico de criação do ensino superior em Sergipe, verificamos que cresce cada vez mais, pelo aumento no número de vagas e de Instituições, devido à grande procura da população pelo ensino superior. E Os únicos municípios que se sobressaem fora da região da grande Aracaju, são Itabaiana e Lagarto. Este último chama atenção, pois além de possuir FJAV, IFS e UFS, com ensino presencial, ainda contém outras instituições com modalidade à distância.

4 ÁREA DE ESTUDO

O local onde o objeto de estudo esta sendo aplicado é o município de Lagarto, localizado na região Centro-Sul de Sergipe, possuindo uma área de 969,226 km² (IBGE, 2012). Segundo Freire a historia de ocupação do município de Lagarto é dividida em duas fases a primeira se dá a partir da chegada de dois missionários neste território, os jesuítas João Solônio e Gaspar Lourenço acompanhado de soldados, o local já era habitado pelos índios kariris. Já a segunda fase é marcada pela distribuição de sesmarias a Gaspar de Menezes, Gaspar d' Almeida, Domingos Werneck Nobre e Antônio Gonçalves de Santana e outros, onde a partir desse acontecimento os donos das terras fundaram o povoado de Santo Antônio, onde foi construída uma igrejinha onde foi posta as imagens de Nossa Senhora de Santana e Nossa Senhora da Conceição.

No mesmo período às margens do Riacho Urubutinga, estabeleceu-se Muniz Álvarez, que realizava, como fonte de economia, a criação de gado. Com o passar dos anos e com o crescimento do povoado houve o desenvolvimento de outra atividade econômica: a cana-de-açúcar. Com o desastre ocorrido em 1645, quando houve a disseminação da varíola no povoado de Santo Antônio, que levou à morte várias pessoas, e fez com que os sobreviventes da epidemia migrassem para um novo local. Como retrata o mesmo ator "não há registro sobre o total de mortes, mas alguns cronistas afirmam que num só dia pereceram mais de 200 pessoas".

Os doentes desta epidemia foram levados para o local hoje conhecido pela Praça da Piedade, nascendo desta maneira a cidade de Lagarto, que teve sua ocupação sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade de Pedra do Lagarto, assim denominada devido à teoria de ter sido encontrada numa pedra em forma de lagarto. A vila como era conhecida só foi reconhecido como cidade através da lei provincial nº 1. 140 de 20 de abril de 1880.

A economia desse município foi influenciada principalmente por Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro que concluiu a obra da igreja Matriz além de criar o cemitério, escolas e o hospital, e contribuiu para a agropecuária de Lagarto.

Hoje Lagarto apresenta-se com grande diversidade econômica como cultivos de tabaco, mandioca além de frutas com a laranja, limão, maracujá e abacaxi sendo

estas as principais. Porém existem outros setores que movimentam a cidade, como o setor da indústria de embalagens, concessionárias de veículos, fábricas de móveis, fábricas de velas, indústrias de produtos químicos e indústrias do gênero alimentício entre outras que estão sendo trazidas para o município.

Tavares e Junior (2012, p. 7) citam que “a agricultura, a pecuária e o comércio central formam o tripé de sustentação da economia local gerando empregos e movimentando a cidade”, como demonstra a Tabela 1 apresentada pelos autores:

Tabela 1 - PIB 2005 - 2009 (1.000 R\$) – Brasil, Sergipe, Aracaju e Lagarto

	2005	2006	2007	2008	2009 (1)	Posição
Brasil	2 147 239 292	2 369 483 546	2 661 344 525	3 032 203 490	3 239 404 053	
Sergipe	13 427 437	15 124 269	16 895 691	19 551 803	19 767 111	21º do BR
Aracaju	5 197 568	5 633 122	6 268 972	6 759 420	7 069 448	1º de SE, 64º do BR
Lagarto	402 170	464 242	527 089	575 189	614 668	7º de SE

Fonte: IBGE, 2011

Maior parte da economia em Lagarto esta voltada para zona rural, em especial na agropecuária como citam Tavares e Junior (2012, p. 7):

“O peculiar município é composto de muitos indicadores que representam a força do campo. Um simples olhar em seu interior será possível notar a importância do solo na vida do povo lagartense, pois são milhares de proprietários, ora com atividades de lavoura, ora com a criação de gado ou com as duas em conjunto. São pequenos sítios que alimentam este município e são referências na produção agrícola estadual em valores totais”.

Porém a realidade atual está modificando o perfil da cidade, para uma atividade não agrícola que esta sendo intensificada cada vez mais com a urbanização de Lagarto, como descreve Tavares e Junior (2012, p. 8):

“Na realidade estudada, encontramos atividades não agrícolas que tem se desenvolvido bastante, mudando o perfil tradicional da cidade, ainda com grande influência rural, mas abrindo porta para a crescente urbanização, a exemplo do comércio, a construção civil, a educação e os serviços de maneira geral”.

Podem-se destacar como alguns dos fatores que levaram ao crescimento da cidade: o número da população de Lagarto vem crescendo gradativamente, a oferta de vagas de emprego na sede do município e a modernização no campo.

Como citado anteriormente, a população lagartense vem crescendo, ao passo que vem ocorrendo uma urbanização maior durante os últimos anos, como pode ser demonstrado através da Tabela 2 elaborada por Tavares e Junior (2012).

Tabela 2 - População (1960-2010) - Lagarto/SE

População	Ano				
	1960 ¹	1970 ¹	2000 ²	2007 ³	2010 ²
Urbana	6.997	12.623	40.527	43.273	48.889
Rural	40.041	38.518	42.807	45.707	45.963
Total	48998	53.111	83.334	88.980	94.852

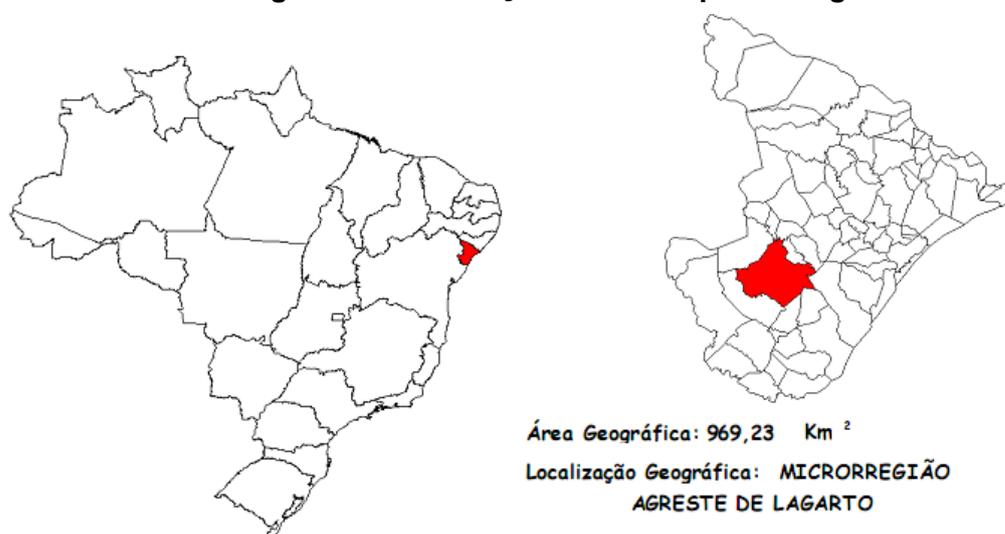
1 População Residente (pessoas): Censo Demográfico 1960, 1970 (IBGE). In: BNB, Lagarto, Fortaleza, 1981.

2 População Residente (pessoas): Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010 (IBGE).

3 População Residente (pessoas): Contagem Populacional 1996 e 2007 (IBGE)

4.1. O ensino superior presencial em Lagarto

Como comentado anteriormente, o município de Lagarto apesar de localizado no interior do estado de Sergipe, na região nordeste do Brasil, (Figura 1) destaca-se no setor educacional. No qual segundo EMEC (2013) com 6 instituições de ensino superior, sendo 3 a distancia: UFS polo Colônia Treze, UNIT e UNIFACS, e 3 presenciais: UFS do Loiola, IFS e FJAV.

Figura 1 - Localização do município de Lagarto/SE

Lagarto possui hoje uma das maiores populações do estado, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, se o município mantivesse o percentual de crescimento, em 2012 ele teria atingido os 100.000 habitantes, como mostrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Evolução da população Lagartense

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO LAGARTENSE	
ANO	QUANTIDADE DE HABITANTES
1991	72.146
1996	74.956
2000	83.334
2007	88.980
2009	94.863
ESTIMATIVA PARA 2012	100.000

Fonte: IBGE (2010).

A educação, como exposta por diversos autores, é a fórmula para alcançar uma sociedade desenvolvida. Sem ela o ser humano é apenas um escravo dos acontecimentos. No Brasil vislumbra-se um salto na abertura de faculdades em detrimento das universidades, pois com a era da globalização exige-se dos indivíduos o aprimoramento de suas técnicas ou simplesmente o diploma que comprove sua qualificação, então, a demanda aumentou e mais uma vez os

investimentos públicos não deram conta de atender ao seu povo quanto ao desejo de ingresso no Ensino Superior.

Em Lagarto não foi diferente. Hoje, encontram-se estabelecidas três entidades (duas públicas e uma privada) que compõem o ciclo de educação do Ensino Superior presencial, e o que se vê, é uma crescente migração de estudantes de cidades circunvizinhas, como também de outros estados em busca de uma vaga nas instituições aqui presentes. Essa migração movimentou a economia do município em diversos setores.

O comércio foi o setor da economia que mais recebeu contribuições com a implantação do ensino superior em Lagarto, pois tanto houve o aumento do número de lojas, como diversificação na variedade de estabelecimentos comerciais nas proximidades das IES; com o surgimento de lojas como lanchonetes, pizzarias, restaurantes, mercadinhos, bares, gráficas e impressoras, shoppings, entre outros. No entanto pode-se identificar esse desenvolvimento comercial em todo o município, inclusive, em áreas de Lagarto, mais distantes das IES, que surgiram para atender especialmente ao público universitário, que é mais exigente.

Em outros setores da Economia, a implantação do Ensino Superior, também trouxe desenvolvimento para Lagarto, como no mercado imobiliário, que vem sofrendo um grande aquecimento, pois muitos professores e alunos de fora mudaram - se para o município e buscaram imóveis para locação ou compra. O que ocasionou um intenso aumento no número de obras iniciadas na Construção Civil, contemplando diversas categorias sociais em empreendimentos que vão de casas simples até condomínios de luxo.

No setor agropecuário, a contribuição vem através da oportunidade dos fazendeiros de acessarem com mais facilidade o conhecimento necessário para administrarem seus negócios com mais eficiência obtendo maiores lucros, e isso se dá através da mão de obra qualificada formada através de cursos como Administração de Empresas e Contabilidade.

Esse desenvolvimento também ocorre no setor industrial de Lagarto, tendo como grande influência a existência de mão de obra, cada vez mais qualificada, constituída, atualmente por grande número de universitários e graduados, formados

na FJAV e IFS, que trabalham em diferentes fábricas, como nas do grupo Maratá. Nos cargos de chefia técnica, ainda são mais nítidas as contribuições desse novo tipo de operário (universitário) principalmente dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção, Eletromecânica e Automação.

O crescimento no campo educacional é notável, porém o número de vagas e de instituições, e a variedade de cursos, ainda não é o necessário para atender a demanda populacional lagartense. Além do que, a implantação destas instituições num dado município, não implica, necessariamente, no ingresso dos munícipes na mesma. Pois como verificado no vestibular de 2013, para o curso de medicina da UFS, de Lagarto, dos estudantes aprovados, seis pessoas eram do estado de Sergipe e apenas uma era de Lagarto. Ou seja, nem sempre a comunidade local usufrui dos serviços oferecidos pelas IES implantadas em seu bojo.

A única repercussão negativa, é que esse crescimento vivenciado em Lagarto faz com que aumente o custo de vida para a população, o que proporciona preços mais elevados no mercado imobiliário e no setor de serviços, trazendo para a população mais carente, que vive com média de um salário mínimo, maior dificuldade de sobreviver.

A primeira instituição de nível superior presencial em Lagarto foi a FJAV, com uma atuação que contribui positivamente tanto para o cenário educacional quanto para o cenário econômico da região. No âmbito educacional a Instituição atende a centenas de alunos de Lagarto e de cidades circunvizinhas, com o objetivo de oferecer ao mercado de trabalho, profissionais qualificados nas graduações em Administração, Ciências Contábeis, Engenharia, Geografia, História, Letras Português/Inglês, Matemática e Pedagogia, tendo formado até hoje, segundo a faculdade, o total de 1.249 profissionais. No âmbito econômico, estimulou a criação de um novo pólo comercial nas proximidades da instituição para atender os inúmeros alunos.

O Ensino presencial na cidade de Lagarto, é formado por uma instituição particular, a FJAV, e duas instituições públicas, o Instituto Federal de Sergipe (IFS) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), as quais transformaram a cidade em um

verdadeiro polo educacional para o interior do estado, oferecendo cursos em setores distintos, tais como: Saúde, Engenharia, Educação e Tecnologia.

Como verificado, a implantação de uma instituição educacional num dado município vai possibilitar contribuição, tanto no crescimento econômico, quanto na redução das desigualdades sociais e nas melhorias da infra-estrutura das áreas próximas à instituição.

Em Lagarto, as transformações da infra-estrutura de cada IES, ocorreram de forma distinta, no entorno do IFS não foram observadas muitas mudanças no espaço, mesmo considerando que está situada numa área mais distante do centro da cidade; no caso da FJAV ocorreram muitas mudanças na infra-estrutura, que provocaram o desenvolvimento do comércio nas suas proximidades, além de proporcionar um crescimento urbano próximo ao estabelecimento de ensino. Já no entorno da UF. É necessário considerar que os cursos ofertados pela universidade na área de saúde, são integrais, onde as aulas são ministradas em dois diferentes turnos, o que inviabiliza a possibilidade dos alunos e professores residirem em outros municípios e virem a Lagarto apenas para estudar e trabalhar, o que contribuiu com o aumento na especulação imobiliária e trouxe um número considerável de migrantes vindos de municípios vizinhos e até de outros estados para a cidade. Porém a principal mudança no espaço é a construção de um Shopping Center e de um condomínio próximo ao campus.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desse trabalho foi fazer uma reflexão sobre a importância do ensino superior presencial no município de Lagarto/SE, identificando as suas contribuições positivas e negativas.

Após a realização desse trabalho destacam-se como contribuições positivas da implantação do Ensino Superior Presencial em Lagarto, além das já citadas, a facilidade de cursar uma graduação na cidade onde se reside, sem necessitar enfrentar os riscos de uma viagem, todo dia, até a Capital do Estado.

Outra consequência favorável ao desenvolvimento sócio econômico cultural do município foi a criação dos cursos de línguas estrangeiras, em Escolas Especializadas nesse serviço, como: FISK, CCAA e WIZARD.

A implantação dos cursos superiores em Lagarto, também influenciaram beneficemente no campo da gastronomia, quando surgiram na cidade, estabelecimentos como Subway, La Massa, Sushi Bar, Aero Shake, Mr Mix, Sampa Burguer .

No quesito turismo apareceram várias agências de viagens na cidade, entre elas: CVC, Vai e Vem viagens e turismo, e Voyage, que facilitaram a compra de pacotes de viagens para o povo, que antes precisava ir até a capital, para poderem adquirir esse serviço.

Espera-se também que haja uma contribuição favorável no campo da saúde, com a futura implantação do Hospital Universitário, e a partir daí haverá uma grande quantidade de alunos do campus estagiando, o que, conseqüentemente aumentará o número de profissionais de diferentes áreas da saúde, atuando de forma mais humanizada, atendendo a crescente demanda de pacientes do município de Lagarto e de outras cidades que buscam atendimento neste hospital.

Além de todas as contribuições positivas, foram identificadas também repercussões negativas, principalmente para população mais carente, como o aumento do custo de vida e a permanência do número insuficiente de vagas nas instituições para atender a demanda de Lagarto.

Vale à pena ressaltar que a instalação das IES, com cursos presenciais em Lagarto, trouxe um número maior de contribuições positivas do que de repercussões negativas, demonstrando que há uma relação direta existente entre o desenvolvimento educacional de um município com o seu crescimento sócio econômico e cultural.

Espera-se que essa pesquisa sirva de fonte para muitos outros estudos relacionados ao tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSO, Mariângela da Rosa; RAMOS, Maria da Graça Gomes; GARCIA, Tania Elisa Morales. **Movimentos da expansão do Ensino superior na universidade brasileira**. Pelotas, 2012.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Pelo Fim das Décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentado no Brasil**. IPEA, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 2005.

CUNHA, Luiz Antonio. **500 anos de educação no Brasil**. Ensino Superior e universidade no Brasil. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-204.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Positivo, 2010.

FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. 1ª Edição. Lagarto/SE, 2002.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a Reforma Universitária brasileira**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.adunesp.org.br/reformas/universitaria/GT-Interministerial.htm>>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Indicadores da população 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 18 de Nov. 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2012**. Indicadores da extensão territorial. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

IMBERNÓN, Francisco et. al. **A educação no século XXI**. Os desafios do futuro imediato. 2º ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis, (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3ª Edição. São Paulo: Autores Associados. 2005.

MARCHETI, Ana Paula do Carmo; BELHOT, Renato Vairo; SENO, Wesley Peron. **Educação a Distância: Diretrizes e contribuições para a implantação dessa modalidade em instituições educacionais**. Revista Digital da CVA-RICESU, v. 3, n. 9, jul. 2005.

MARCHETI, Ana Paula do Carmo. **Educação a Distância: Diretrizes e Contribuições para a Implantação**. Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia – COBENGE. Brasília, set. 2004.

MARCATADO, Luiz. **Grandes Economias: Alfred Marshall e a Escola Neoclássica**. COFECON. 2007.

MAIA, Velcimiro Inácio. **Educação e desenvolvimento Regional: a contribuição da Faculdade de Pará e Minas**. Pedro Leopoldo. Ago. 2006.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

NASCIMENTO, Rejane Prevot; ANDRADE, Rita de Cássia Silva. **O crescimento de instituições de ensino superior privadas e o desenvolvimento local**. Revista de Informação. Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, dez. 2011.

OLIVEN, Arabela Campos, et. al. **A educação superior no Brasil**. Instituto Internacional para Educação Superior na América Latina e no Caribe - IESALC. Porto Alegre, nov. 2002.

PFEIFER, Mariana; GIARETA, Paulo Fioravante. **Expansão da educação superior no Brasil: Panorama e perspectiva para a formação de professores**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Paraná, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. IN: Saberes pedagógicos e atividade docente. Ed. 5ª. São Paulo: Cortez, 2007. P.15- 34. Coleção saberes da docência.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. **Educação Superior Brasileira: 1991-2004**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: INEP, v. 28, 2006.

SANTOS, Adilson Pereira; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes**. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, nov. 2009.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura, (Org.). **Território, globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SAVANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 4º ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, Renata Lopes. **Milton Santos: fundamentos e determinações**. GT: História das políticas educacionais no Brasil. Ponta Grossa, 2009.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira; SILVA, Eurides Brito. **Como entender e aplicar a nova LDB**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

TAVARES, Dulcilene Santos; JUNIOR, Almir Souza Vieira. **Abordagens sobre a expansão comercial e econômica da cidade de Lagarto – SE**. Revista eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira. Lagarto, n. 7, set. 2012.

VIEIRA, Lot Jair, **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei Darcy Ribeiro) – Plano Nacional de educação: Lei nº 10.172, de 10 de janeiro de 2001 e legislação complementar e correlatada**. 3º ed. Revista – atualizada – ampliada – Bauru: EDIPRO, 2006.